

**Secretaria Estadual de Saúde - BAHIA**

**CNPJ: 13.937.131/0001-41**

**4ª Avenida do CAB, nº 400, Lado B**

**Telefone: 7131154208 - E-mail: sesab.apg@saude.ba.gov.br**

**41745-002 - BAHIA - BA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO**

**1.1 Secretário(a) de Saúde em Exercício**

Secretário em Exercício

Nome: FÁBIO VILAS-BOAS PINTO

Data da Posse: 02/01/2015

Secretário de Saúde Referente ao Ano do Relatório de Gestão

Nome: FÁBIO VILAS-BOAS PINTO

Data da Posse: 02/01/2015

A Secretaria de Saúde teve mais de um gestor no período a que se refere o RAG?

Não

**1.2 Informações do Fundo Estadual de Saúde**

Instrumento legal de criação do FES

Tipo Lei - 6581

CNPJ

05.816.630/0001-52 - Fundo de Saúde

Data

04/05/1994

O Gestor do Fundo é o Secretário da Saúde?

Não

Gestor do FES

ADELSON DE ARAUJO PRATA

Cargo do Gestor do FES

Diretor executivo

**1.3 Informações do Conselho de Saúde**

Instrumento legal de criação do CES

Tipo Lei - 6074

Nome do Presidente do CES

RICARDO LUIZ DIAS MENDONÇA

Data

22/05/1991

Segmento

usuário

Data da última eleição do Conselho

18/04/2016

Telefone

7131159694

E-mail

conselhoestadualbahia@gmail.com

**1.4 Conferência de Saúde**

Data da última Conferência de Saúde

10/2016

**1.5 Plano de Saúde**

A Secretaria tem Plano de Saúde?

Sim

A Secretaria de Saúde tem Plano de Saúde referente ao período de 2016 a 2019?

Sim

Situação

Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde

Resolução nº 152016 Em 15/12/2016

**ARQUIVOS ANEXOS**

**Documento**

PES 2016 - 2019 Revista40-Sup3-2016-capa-a-sumario.pdf

Resolução CES 15 aprovação PES 2016-2019.pdf

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2017?

Sim

Situação

Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde

Resolução nº 132017 Em 16/03/2017

**ARQUIVOS ANEXOS**

## Documento

SESAB - Programação Anual de Saúde 2017.pdf

Resolução CES aprovação PAS 2017.pdf

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2018?

Sim

Situação

Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde

Resolução nº 382017 Em 07/12/2017

### ARQUIVOS ANEXOS

## Documento

SESAB - Programação Anual de Saúde 2018..pdf

Resolução CES aprovação PAS 2018.pdf

### 1.6 Plano de Carreira, Cargos e Salários

O estado possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)? Sim

O estado possui Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?

### 1.7 Informações sobre Regionalização

Regiões de Saúde Existentes no Estado: 28

### 1.8 Introdução - Considerações Iniciais

A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB, tem por finalidade a formulação da política estadual de saúde, a gestão do Sistema Estadual de Saúde e a execução de ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde, em consonância com as disposições da Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, que constitui o Sistema Único de Saúde – SUS, criada pela Lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966 e modificada pelas Leis nº7. 435, de 30 dezembro de 1998, nº 8.888, de 24 de novembro de 2003, nº 9.831, de 01 de dezembro de 2005, nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, nº 11.055, de 26 de junho de 2008, decretos nº 10139 de 08 de novembro 2006 e nº 10.567 de 09 de novembro de 2007.

Seguindo a proposição assumida na Programação Anual de Saúde (PAS), esse relatório vai além do cumprimento da legislação organizativa do Sistema Único de Saúde (SUS) e pretende subsidiar o controle social, demonstrando os resultados alcançados, a comprovação e análise dos recursos públicos destinados à área da saúde.

O presente relatório apresenta as informações geradas no SARGSUS com as análises e considerações referentes às especificidades de cada tópico:

- Demografia e dados de morbimortalidade;
- Rede física de saúde, pública e privada, prestadora de serviços ao SUS;
- Profissionais SUS;
- Pactuação da Saúde;
- Demonstrativo da análise dos recursos;
- Indicadores financeiros;
- Demonstrativo Orçamentário – despesas com saúde;
- Auditorias;
- Análise e considerações gerais.

Os resultados referentes às metas e ações programadas na PAS 2017 estão apresentados em anexo específico e integrarão o RAG que será disponibilizado na versão impressa.

## 2. DEMOGRAFIA E DADOS DE MORBI-MORTALIDADE

### 2.1. POPULAÇÃO ESTIMADA DO ANO 2017

15.344.447

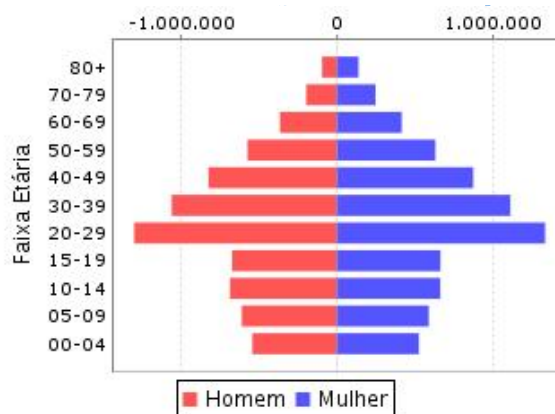
População do último Censo (ano 2012)	Qte	%
Total	14.175.341	100,00%

População do último Censo (ano 2010)	Qte	%
Branca	3.110.605	28,92%
Preta	2.397.249	15,62%
Amarela	158.925	1,04%
Parda	8.293.057	54,05%
Indígena	56.381	0,37%
Sem declaração	689	0,00%



#### 2.1.1. POPULAÇÃO - SEXO E FAIXA ETÁRIA

Faixas Etárias	Homem	Mulher	Total
00-04	544.686	527.578	1.072.264
05-09	613.062	590.838	1.203.900
10-14	689.010	665.206	1.354.216
15-19	675.482	666.174	1.341.656
20-29	1.305.172	1.339.933	2.645.105
30-39	1.063.836	1.116.023	2.179.859
40-49	827.076	877.118	1.704.194
50-59	576.375	633.841	1.210.216
60-69	367.243	416.942	784.185
70-79	197.452	248.074	445.526
80+	95.678	138.542	234.220
Total	6.955.072	7.220.269	14.175.341



#### Análise e considerações do Gestor sobre Dados Demográficos

A população do estado da Bahia foi estimada em 15.344.447 habitantes perfazendo a quarta maior população do Brasil. Sua população está distribuída em uma extensão territorial de 584.892.889 km<sup>2</sup>, sendo o quinto maior estado em extensão territorial. Essa extensão representa a 8,83% da área geográfica do país e 38,3% da região nordeste. Sendo sua densidade demográfica de cerca de 24,82 hab/km<sup>2</sup>. A população de mulheres representa cerca de 50,7%. Sendo a capital Salvador a quarta cidade mais populosa do país com cerca de 2.953.988 habitantes. Sua população representa cerca de 19% da população do estado da Bahia e tem uma densidade demográfica de 3.859,44/hab/km<sup>2</sup>.

Na cidade de Feira de Santana, na região de saúde Centro – Leste, temos a segunda maior população do estado com 827.477 habitantes o que representa cerca de 4% da população do estado. A distribuição da população no estado é bastante heterogênea, com áreas densamente povoadas, como a região de Saúde Leste, onde está a capital, onde se concentra cerca de 1/3 da população do estado. A região de Saúde do Centro Norte onde 5,5% da população, onde residem cerca de 5,5% da população, houve um decréscimo de aproximadamente 10% da sua população entre 1980/2015. A distribuição dos municípios de acordo com o porte populacional, demonstra que em 2017, cerca de 59,4% dos municípios, possuem menos de 20 mil habitantes. O município de Catolândia o que possui a menor população com 3.889 habitantes.

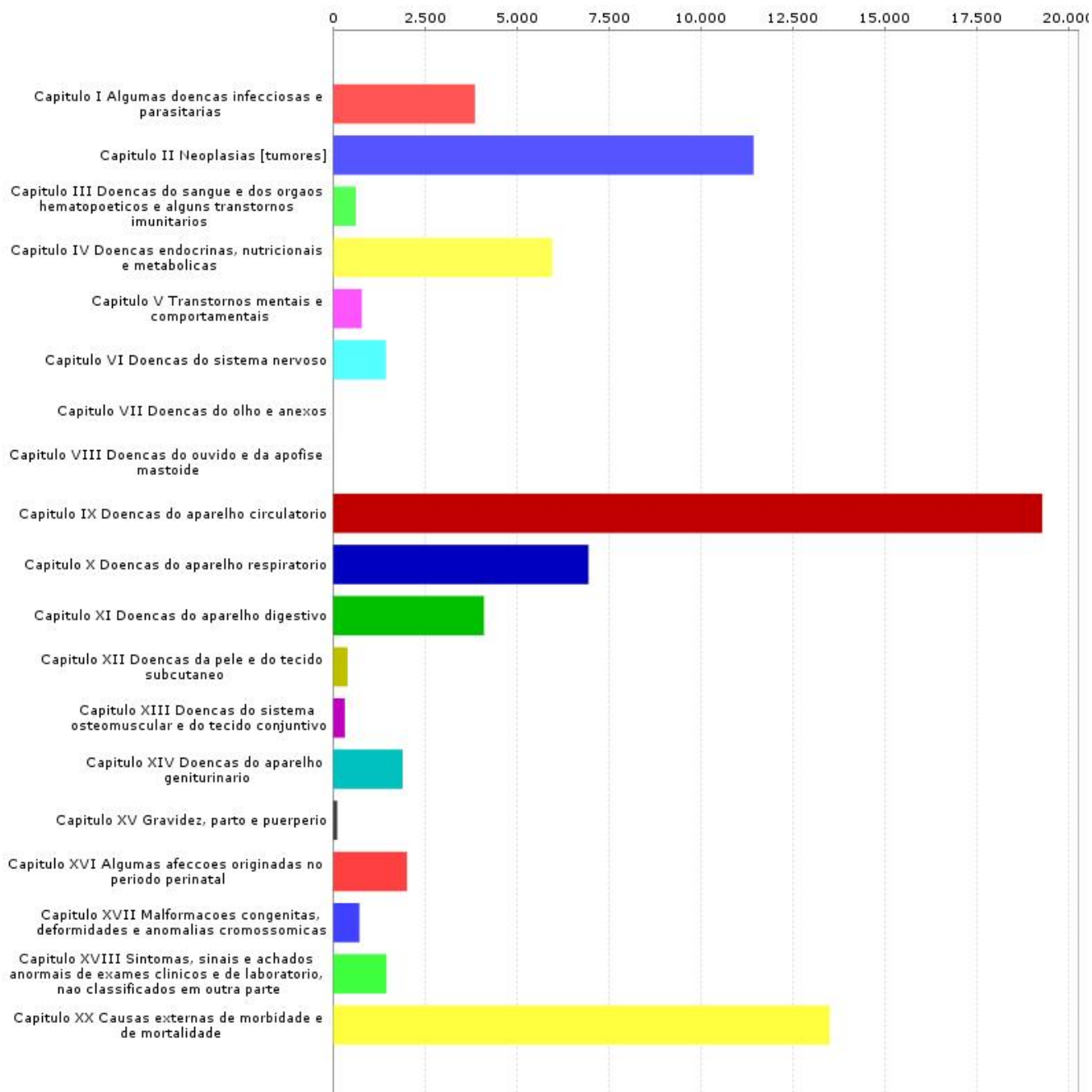
### 2.3 MORTALIDADE POR GRUPOS DE CAUSAS, FAIXA ETÁRIA E POR RESIDÊNCIA (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM - 0)

Última atualização: 12/04/2018 00:00:00

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	152	49	13	19	30	128	312	434	529	569	684
Capítulo II Neoplasias [tumores]	12	42	39	33	52	157	474	1.032	2.096	2.628	2.573
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	16	13	4	12	22	24	53	56	67	78	104
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	35	12	13	5	9	45	124	301	640	1.200	1.511
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	3	26	94	176	195	120	79
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	29	48	19	24	42	59	74	95	100	146	223
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	0
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	30	13	18	26	45	155	497	1.139	2.169	3.449	4.762

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	101	58	22	19	35	98	197	291	607	950	1.514
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	40	16	11	8	23	69	298	534	781	757	724
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	3	0	2	1	2	8	15	20	44	74	82
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	2	4	1	10	19	21	18	42	34	56
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	7	7	1	2	13	36	71	113	200	316	417
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	0	12	42	55	17	0	0	0
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	2.011	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	570	31	13	10	9	19	10	14	15	10	11
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	131	71	31	39	115	337	681	0	0	0	0
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	44	89	69	222	1.855	4.144	2.616	1.541	1.051	663	450
Total	3.182	455	259	421	2.277	5.367	5.594	6.821	10.172	13.109	15.735

Internações por Capítulo CID-10	80	Idade ignorada	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	950	3	3.872
Capítulo II Neoplasias (tumores)	2.309	0	11.447
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	181	1	631
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2.080	3	5.978
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	100	2	795
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	588	2	1.449
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	0	0	2
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	2	0	8
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	6.984	9	19.296
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	3.062	3	6.957
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	854	2	4.117
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	155	1	407
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	124	0	331
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	719	0	1.902
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	126
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	1	7	2.023
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	17	1	730
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	0	59	1.464
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	673	98	13.515
Total	24.177	191	87.760



### Análise e considerações sobre Mortalidade

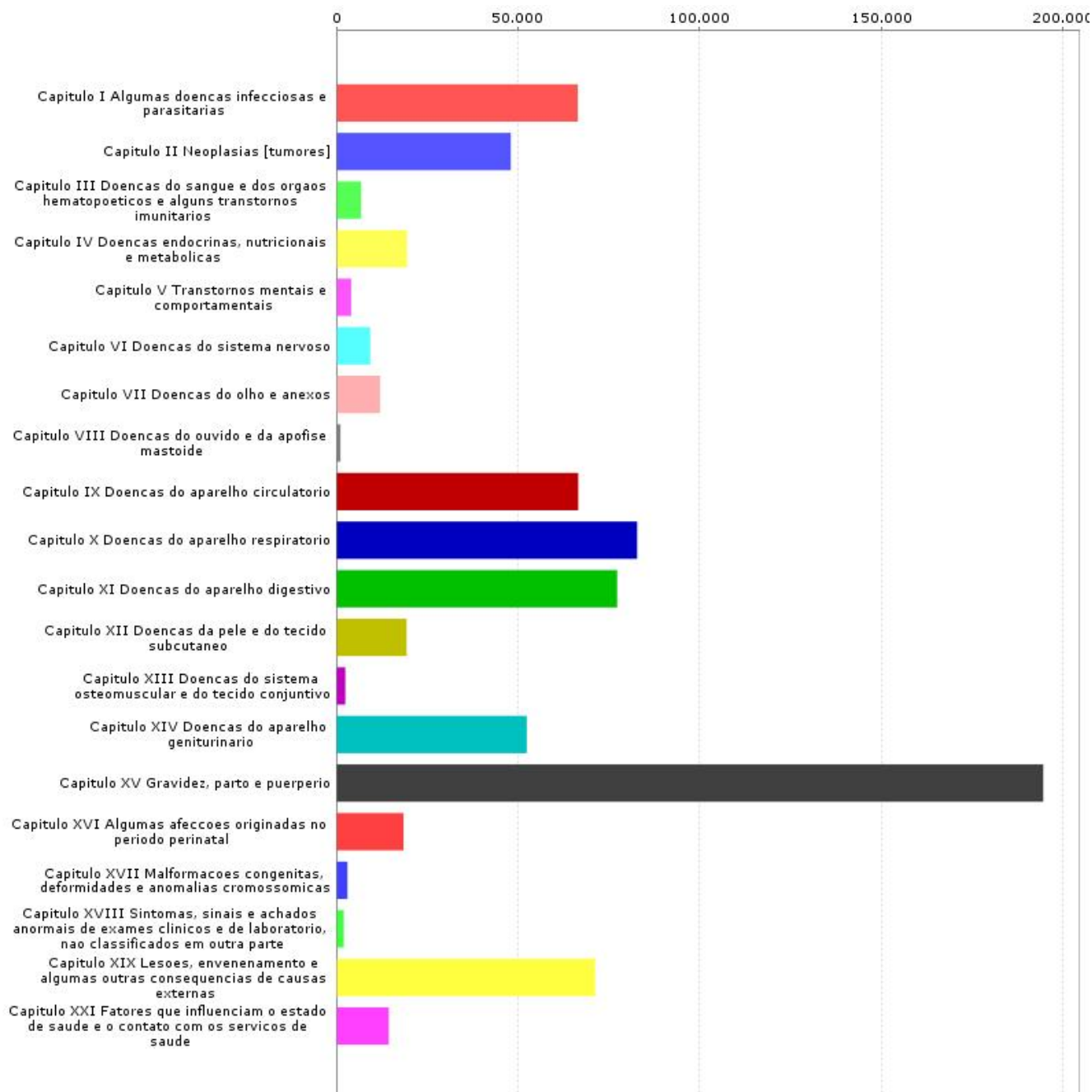
A análise dos dados dos principais grupos de causas de mortalidade revela que as Doenças do Aparelho Circulatório são a principal causa de óbito, no estado da Bahia, representando cerca de 22% do total de óbitos. A faixa etária mais acometida é a acima de 50 anos, representando cerca de 78,7% do total de óbitos. Na Bahia, em 2017, as causas externas ocuparam o segundo lugar em número de óbitos (13.515/15,4%) e têm sido causa constante de atendimentos e de internações, resultando em alta demanda aos serviços de saúde e em sofrimento para as vítimas e seus familiares, além de elevados custos diretos e indiretos e de sequelas, que comprometem a qualidade de vida dos que sofreram esses agravos. Do total de óbitos registrados por causas externas os acidentes de transportes responderam por 1.021 (15,5%), decorrentes de acidentes de transportes terrestres e, destes, 28,8% (545) as vítimas foram motociclistas. Em decorrência da alta morbidade e mortalidade do agravo acidentes de transportes terrestres, a Bahia foi o primeiro estado do Brasil a incluir na lista de notificação compulsória acidente de trânsito, conforme Portaria Estadual nº 1.290 de novembro de 2017. O Brasil responde por elevadas taxas de morbimortalidade e constitui grande desafio para as políticas e serviços de saúde, visto que, nos últimos anos, um aumento expressivo da violência vem sendo evidenciado, tomando-se uma preocupação crescente de toda sociedade. Tal crescimento demonstra tratar-se de um dos mais graves problemas sociais e de saúde pública, cujos determinantes estão relacionados às desigualdades sociais e à iniquidade das condições de saúde da população, entre outros fatores. As causas externas são constituídas pelos acidentes e violências, agravos à saúde que provocam algum tipo de lesão, seja física, mental ou psicológica, podendo ou não levar ao óbito. Estima-se que ocorra cerca de 5 milhões de óbitos, a cada ano no mundo, devido à causas externas (ICS/UFF-2014). A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia acompanha e monitora os registros hospitalares dos casos de câncer, bem como a qualidade da informação produzida, possibilitando o conhecimento da assistência prestada nas unidades hospitalares com serviço de Oncologia e, conseqüentemente a produção de indicadores fundamentais para subsidiar as políticas públicas da atenção oncológica. O monitoramento é realizado, utilizando as informações do banco de dados do Sistema Integrador do Instituto Nacional do Câncer (INCA) e suas ferramentas operacionais, que consolida e possibilita tabulação de dados sobre os casos de neoplasias dos Registros Hospitalares de Câncer (RHC) da Bahia. No ano de 2017, a mortalidade do grupo Neoplasias, ficou em terceiro lugar com cerca de aproximadamente 13% do total de óbitos. No período de 2010 a 2016, observou-se que 52% do total de casos registrados foram do sexo feminino, sendo que 24,2% ocorreram na faixa etária de 60 a 69 anos. As cinco neoplasias que mais acometem as mulheres foram: câncer de mama com 29,4%, seguido do colo do útero com 16,2% e do câncer da tireóide com 10,4%. Em relação aos homens, as três mais frequentes foram: próstata (40,3%), seguida de pele (10,7%) e estômago (5,1%).

#### 2.4. MORBIDADE HOSPITALAR POR GRUPOS DE CAUSAS E FAIXA ETÁRIA (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIH - Jan - 0)

null

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	4.897	11.742	6.451	3.405	2.838	4.714	5.187	4.928	5.709	5.743	5.605	5.251	66.470
Capítulo II Neoplasias (tumores)	187	976	1.063	1.146	1.207	2.155	6.154	11.330	8.928	7.629	5.065	2.180	48.020
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	162	651	502	476	437	700	672	738	661	592	642	626	6.859
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	785	864	668	520	371	697	1.057	1.696	2.810	3.495	3.482	3.051	19.496
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	3	12	3	13	173	761	1.204	957	659	197	83	64	4.129
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	585	1.239	643	571	427	729	903	1.009	1.102	929	726	502	9.365
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	39	119	146	93	103	219	418	805	1.948	3.873	3.402	937	12.102
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	113	205	118	98	76	118	145	122	79	51	37	22	1.184
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	389	439	290	325	557	2.001	4.323	7.194	11.296	14.703	13.823	11.238	66.578
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	8.825	19.488	8.498	3.619	2.587	3.539	3.838	3.905	4.971	6.357	7.660	9.497	82.784
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	1.357	4.357	3.976	2.551	3.019	8.386	12.201	11.569	11.489	9.177	5.995	3.199	77.276
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	566	1.725	1.102	877	999	2.146	2.658	2.478	2.553	1.982	1.347	940	19.373
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	32	190	347	444	476	0	0	0	0	0	683	334	2.506
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	820	2.740	2.671	1.857	3.158	6.888	8.918	7.386	5.901	5.335	4.031	2.706	52.411
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	15	0	9	2.497	38.944	94.060	53.050	5.812	73	15	3	3	194.481
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	17.835	68	8	15	93	240	208	24	4	4	5	9	18.513
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	0	0	716	555	334	431	418	221	198	119	78	31	3.101
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	251	463	392	395	591	0	0	0	0	0	0	0	2.092
Capítulo XIX Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	375	2.494	3.333	3.617	6.005	13.314	13.174	9.551	7.553	5.140	3.511	3.135	71.202
Capítulo XXI Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	124	278	441	483	587	2.953	5.082	2.232	1.033	665	392	191	14.461
Total	38.596	49.335	31.377	23.557	62.982	146.412	122.448	74.891	70.101	68.866	58.016	44.984	791.565





### Análise e considerações sobre Mortalidade

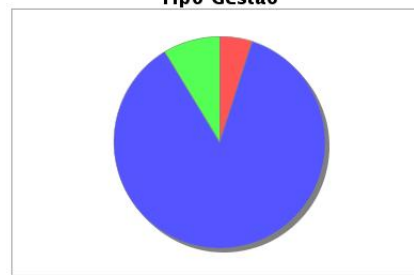
A principal causa de internação hospitalar, representando cerca de 21,57%, foi referente ao Grupo Gravidez, parto e puerpério. A segunda causa de internação, com cerca de 10,46%, foram as Doenças do Aparelho Respiratório. Sendo a população infantil (menor de 1 ano até 9 anos) e os idosos (80 anos ou mais) os mais acometidos com cerca de 44% e 28% respectivamente. A terceira causa de morbidade é representado pelo grupo Doenças do Aparelho Digestivo 9,76% e a quarta causa os internamentos por Lesões envenenamento e algumas outras consequências de causas externas com cerca de 9%. Esse último grupo vem tendo um crescimento, cabe destacar que a população entre 20 e 49 anos representa 50,4% dos internamentos. O enfrentamento da violência pelo setor de Saúde está sendo um grande desafio pois suas causas são facetadas com diversas áreas da gestão governamental.

Na análise das informações verifica-se que cerca de 38 registros, relativos ao Capítulo XV – Gravidez, Parto e Puerpério, de internações em menores de 1 ano e em maiores de 70 anos, não são compatíveis. Observa-se que esse registro é recorrente sendo necessário continuar investindo na melhoria da qualidade do registro e fidedignidade das informações geradas no Sistema de Informações Hospitalares (SIH/DATASUS)

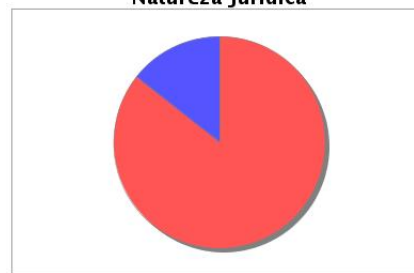
## 3.1 TIPO GESTÃO

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
POSTO DE SAUDE	987	985	0	2
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	3.415	3.168	5	242
POLICLINICA	168	125	14	29
CONSULTORIO ISOLADO	94	94	0	0
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	86	68	17	1
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	376	376	0	0
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	750	640	54	56
FARMACIA	174	169	2	3
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	442	349	69	24
CENTRO DE PARTO NORMAL - ISOLADO	4	2	0	2
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	33	22	2	9
UNIDADE MISTA	34	7	2	25
PRONTO SOCORRO GERAL	6	3	1	2
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	5	1	2	2
HOSPITAL GERAL	406	104	76	226
HOSPITAL ESPECIALIZADO	53	24	20	9
COOPERATIVA	2	2	0	0
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	171	168	0	3
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA LACEN	3	3	0	0
SECRETARIA DE SAUDE	471	359	34	78
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	9	2	4	3
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	272	163	102	7
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	114	114	0	0
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	23	23	0	0
PRONTO ATENDIMENTO	73	63	6	4
POLO ACADEMIA DA SAUDE	145	144	1	0
TELESSAUDE	1	0	1	0
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	20	20	0	0
OFICINA ORTOPEDICA	1	1	0	0
CENTRAL DE REGULACAO	90	74	13	3
Total	8.428	7.273	425	730

Tipo Gestão



Natureza Jurídica



## 3.2. NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
FEDERAL	60	52	6	2
ESTADUAL	256	40	204	12
MUNICIPAL	14.152	12.586	352	1.214
PRIVADA	2.436	1.900	298	238
Total	16.904	14.578	860	1.466

## Justificativa da Dupla Gestão

A Rede física de Saúde Pública e Privada prestadora de serviços ao SUS na Bahia em 2017 corresponde a 8.428 tipos de Estabelecimentos de Saúde, definidos com base nas atividades profissionais e serviços ofertados à população.

Na esfera administrativa a qual o estabelecimento de saúde está diretamente subordinado mediante contrato ou convênio temos: 7.273 que pertencem a Gestão Municipal, 425 a Gestão Estadual e 730 a Gestão Dupla, cada um no seu âmbito responsável pelo cadastro, programação, autorização e pagamento dos serviços prestados ao SUS.

Entende-se como Gestão Dupla quando a gestão municipal não possui o comando único das ações de média e alta complexidade, ficando sob responsabilidade da gestão estadual a oferta desses serviços ou quando o estabelecimento de saúde está sob a responsabilidade do gestor estadual e municipal.

## Análise e considerações do Gestor sobre Prestadores de Serviços ao SUS

A Secretária da Saúde do Estado da Bahia, através da Superintendência de Gestão dos Sistemas e Regulação de Atenção à Saúde (SUREGS/DICON), processo e envia as informações encaminhadas pelos Municípios para o banco de dados do CNES. Todo esse processo acontece por meio magnético, os equívocos nas informações são acompanhados e trabalhados de maneira permanente.

O estado da Bahia classifica as unidades hospitalares conforme resolução CIB/Ba Nº 255/2009 nas seguintes categorias:

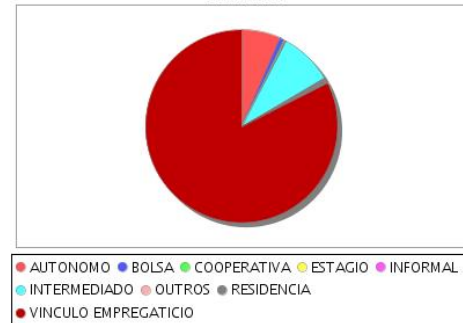
- Hospitais de referência estadual;
- Hospitais de referência macrorregional;
- Hospitais de referência regional;
- Hospitais de complementares de região;
- Hospitais locais.

A Rede Própria do estado conta com 55 unidades de saúde: 38 unidades hospitalares; quatro maternidades; quatro unidades de pronto atendimento (UPA); seis centros de referência e quatro unidades de emergência, realizando atendimento de média e alta complexidade na capital e interior do estado. Essas unidades são gerenciadas através de gestão direta, contratos de gestão e de Parcerias Público – Privadas em Saúde.



<b>AUTONOMO</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
INTERMEDIADO P ENTIDADE FILANTROPICA E/OU SEM FINS LUCRATIVO	132
INTERMEDIADO POR COOPERATIVA	25
INTERMEDIADO POR EMPRESA PRIVADA	653
INTERMEDIADO POR ORGANIZACAO SOCIAL(OS)	50
PESSOA FISICA	5687
PESSOA JURIDICA	3496
SEM INTERMEDIACAO(RPA)	285
SEM TIPO	890
<b>TOTAL</b>	<b>11218</b>
<b>BOLSA</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
BOLSISTA	1312
<b>TOTAL</b>	<b>1312</b>
<b>COOPERATIVA</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
SEM TIPO	393
<b>TOTAL</b>	<b>393</b>
<b>ESTAGIO</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
ESTAGIARIO	139
<b>TOTAL</b>	<b>139</b>
<b>INFORMAL</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
CONTRATADO VERBALMENTE	148
<b>TOTAL</b>	<b>160</b>
VOLUNTARIADO	12
<b>INTERMEDIADO</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
AUTONOMO	1243
CARGO COMISSONADO	46
CELETISTA	5939
CONTRATADO TEMPORARIO OU POR PRAZO/TEMPO DETERMINADO	3724
COOPERADO	3603
EMPREGADO PUBLICO CELETISTA	705
<b>TOTAL</b>	<b>15260</b>
<b>OUTROS</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
CONTRATO VERBAL/INFORMAL	73
PROPRIETARIO	96
<b>TOTAL</b>	<b>169</b>

Vínculo



<b>RESIDENCIA</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
RESIDENTE	1484
TOTAL	1484
<b>VINCULO EMPREGATICIO</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>
CARGO COMISSIONADO	1365
CELETISTA	14069
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	47022
EMPREGO PUBLICO	12069
ESTATUTARIO	64124
SEM TIPO	2126
TOTAL	140775

Análise e Considerações Profissionais SUS

## 5. Programação Anual de Saúde e Pactuação da Saúde

### Pactuação Interfederativa 2017 a 2021

#### Relação de Indicadores

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
1	TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (de 30 a 69 anos) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS)	102,29	106,70	/100.000
10	PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ	100,00	46,48	%
11	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,40	0,30	RAZÃO
12	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,45	0,43	RAZÃO
13	PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	60,00	5,67	%
14	PROPORÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA ENTRE AS FAIXAS ETÁRIAS 10 A 19 ANOS	19,70	20,79	%
15	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.	15,50	15,00	/1000
16	NÚMERO DE ÓBITOS MATERNS EM DETERMINADO PERÍODO E LOCAL DE RESIDÊNCIA	128,00	120,00	N.Absoluto
17	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA.	76,35	77,44	%
18	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	78,68	81,07	%
19	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA DE SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA	56,00	59,55	%
2	PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS			%
20	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS.	100,00	58,50	%

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
21	AÇÕES DE MATRICIAMENTO REALIZADAS POR CAPS COM EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA			%
23	PROPORÇÃO DE PREENCHIMENTO DO CAMPO "OCUPAÇÃO" NAS NOTIFICAÇÕES DE AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO	95,00	89,20	%
3	PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	84,79	83,77	%
4	PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CNV PARA CRIANÇAS < 2 ANOS - PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10-VALENTE (2ª), POLIOMIELITE (3ª) E TRÍPLICE VIRAL (1ª) - COM COBERTURA VACINAL PRECONIZADA	95,00	0,00	%
5	PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADAS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO	75,00	75,00	%
6	PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	88,00	70,68	%
7	NÚMERO DE CASOS AUTÓCTONES DE MALÁRIA			N.Absoluto
8	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE	1.098,00	1.344,00	N.Absoluto
9	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	10,00	9,00	N.Absoluto

## 5.1 Execução Orçamentária

### Recursos Orçamentários

**Valor** R\$ 5.723.689.450,00 **Valor** R\$ 5.357.889.612,08

### Análise e Considerações

Para o exercício financeiro de 2017, a LOA de nº 13.802, de 29 de dezembro de 2016, foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) de nº 22.086, de 30 de dezembro 2016, que estimou a receita e fixou a despesa para a Secretaria da Saúde no valor de 5,1 bilhões e tem origem nas receitas de: transferências do MS/FNS para aplicação em despesas consignadas nos Blocos de Atenção Básica; Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; Vigilância em Saúde; Assistência Farmacêutica; Gestão do SUS e Investimentos, como também de transferências voluntárias decorrentes de convênios firmados, cuja previsão registra o valor de R\$ 1,5 bilhão; e recursos arrecadados e contabilizados no Caixa Único Estadual, no valor de R\$ 3,5 bilhões, relativos à vinculação de 12% sobre o produto de arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155 e dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, incisos I e II, da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios, denominadas Receita Líquida de Impostos – RLI, assegurados pela Emenda Constitucional nº 29, regulamentada pela Lei Complementar nº 141 de 2012.

A execução da despesa orçamentária comparando-se o empenhado com o orçado atualizado teve um desempenho de 93,81%. A análise por grupo de natureza de despesa apresenta a seguinte performance: Pessoal e Encargos Sociais com 99,82%; Outras Despesas Correntes com 97,38%; Investimentos com 51,89%; Inversões Financeiras (aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização, as aquisições de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie) 81,08% de execução.

## 6. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

### 6.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 27/03/2018 00:00:00

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Outros Estados	Municipal											
Outros Programas Financ por Transf. Fundo a Fundo	1.412.231,254,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.420.958,979,26	1.438.214,987,00	1.431.273,928,72	1.425.506,633,20	1.422.034,126,24	1.320.000,000,00	0,00	23.147.204,81	17.525.056,31
Atenção Básica	22.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.875,89	624.000,00	5.145,00	5.145,00	5.141,64	24.000,00	0,00	242.513,51	275.247,76
Vigilância em Saúde	34.163.037,53	0,00	0,00	0,00	0,00	35.510.961,97	52.681.501,00	42.335.605,06	41.788.583,67	41.394.796,38	40.162.000,00	0,00	14.139.799,41	7.137.156,32
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	1.412.231,254,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.420.958,979,26	1.438.214,987,00	1.431.273,928,72	1.425.506,633,20	1.422.034,126,24	1.320.000,000,00	0,00	23.147.204,81	17.525.056,31
Assistência Farmacêutica	28.466.122,71	0,00	0,00	0,00	0,00	30.172.520,94	55.503.445,00	28.539.369,34	27.904.368,16	27.764.000,19	30.641.000,00	0,00	7.150.444,81	9.556.661,56
Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	18.205.583,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.092.769,96	94.119.860,00	47.596.671,82	29.330.732,99	24.586.511,28	6.871.000,00	0,00	91.595.212,90	92.099.627,54
Gestão do SUS	2.704.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.968.343,23	7.352.573,00	6.169.705,32	6.165.341,32	6.161.422,35	3.013.000,00	0,00	4.399.572,95	1.205.929,69
Convênios	5.427.901,12	0,00	0,00	0,00	0,00	11.123.724,45	50.305.170,00	13.234.519,95	12.972.549,55	12.927.437,03	9.200.000,00	0,00	57.714.826,11	55.754.263,61
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.875,89	624.000,00	5.145,00	5.145,00	5.141,64	24.000,00	0,00	242.513,51	275.247,76
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	22.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.875,89	624.000,00	5.145,00	5.145,00	5.141,64	24.000,00	0,00	242.513,51	275.247,76
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação -FAEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.420.958,979,26	1.438.214,987,00	1.431.273,928,72	1.425.506,633,20	1.422.034,126,24	1.320.000,000,00	0,00	23.147.204,81	17.525.056,31
Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	34.163.037,53	0,00	0,00	0,00	0,00	35.510.961,97	52.681.501,00	42.335.605,06	41.788.583,67	41.394.796,38	40.162.000,00	0,00	14.139.799,41	7.137.156,32
Outros Programas assistência farmacêutica financiados por transferência Fundo a Fundo	28.466.122,71	0,00	0,00	0,00	0,00	30.172.520,94	55.503.445,00	28.539.369,34	27.904.368,16	27.764.000,19	30.641.000,00	0,00	7.150.444,81	9.556.661,56
Outros Programas de Gestão do SUS financiados por transferência Fundo a Fundo	2.704.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.968.343,23	7.352.573,00	6.169.705,32	6.165.341,32	6.161.422,35	3.013.000,00	0,00	4.399.572,95	1.205.929,69
Serviços de Saúde	28.221.665,17	0,00	0,00	0,00	0,00	28.455.082,89	28.274.298,00	28.240.535,01	28.220.602,33	28.211.045,89	30.240.000,00	0,00	3.417.170,85	2.407.671,73
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.676.677,967,04	3.940.054,297,00	3.704.009,244,85	3.651.959,702,72	3.609.351,104,09	3.585.878,167,00	0,00	60.278.786,63	101.524.656,53

### Análise Sobre a Utilização dos Recursos

Ao analisarmos as transferências para o Estado, destinadas à Saúde, tivemos uma melhora no processo de capitação de recursos, passando de 10,56% em 2016 para 11,54% em 2017, o que ocasionou um aumento de R\$ 127.476.385,00 no recebimento de transferências de recursos federais. O fluxo de movimentação financeira da saúde em 2017 demonstra que somadas às receitas transferidas do FNS, receitas provenientes pela produção de serviços em saúde, convênios, rendimentos e multas de diversas origens, ao saldo remanescente disponível ao final de 2016, o Fundo Estadual de Saúde contou com recursos no valor de R\$ 5.493.359.526,23, os quais foram pagos R\$ 5.205.597.488,58, restando para 2018 um valor disponível de R\$ 287.762.039,67.

Os dados acima medem a participação de financiamento com saúde, sendo apurada a participação do financiamento da seguinte forma: Recursos próprios 67,21%; Fundo Nacional de Saúde 29,35%; Convênios 0,22%; serviços de saúde 0,49%; outros recursos 3,87%.

## 8. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

### 8.1. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

Última atualização:  
09/03/2018 00:00:00

Participação % da receita de impostos na receita total do Estado	42,95%
Participação % das transferências intergovernamentais na receita total do Estado	29,94%
Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para	11,54%
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos	98,89%
Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da	14,06%
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita	99,24%
Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Estado, por habitante	R\$345,85
Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	24,63%
Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	2,14%
Participação % da despesa com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com	40,01%
Participação % da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	4,54%
% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do município com saúde	29,27%



### Análise Sobre os Indicadores Financeiros

Em 2017 o indicador que mede a participação em percentual da receita de impostos sobre a receita total do Estado que tem o intuito de dimensionar a capacidade de arrecadação do Estado, teve um acréscimo de 0,65%, variando de 42,67% em 2016 para 42,95%, o que demonstra uma leve melhora de arrecadação de recursos financeiros em relação a 2016 por parte do estado.

Ao analisarmos a receita do Estado proveniente da União relativa as transferências de recursos do Sistema Único de Saúde, podemos perceber também uma melhora em relação a 2016, pois o Estado recebeu 7% a mais de recurso em relação ao ano anterior, totalizando uma variação positiva de R\$ 99.474.952,41.

No ano de 2017 o estado aumentou em 47,63% o investimento em saúde com recursos próprios, gerando um acréscimo de R\$ 77.393.983,40, proporcionando qualificação em suas estruturas físicas e aparelhamento em saúde. Quando analisamos o indicador de despesa total com saúde por habitante, sob responsabilidade do estado, verificamos que de 2016 para 2017 houve uma variação de R\$ 316,34 para R\$ 345,85 per capita. Se levamos em consideração o total da população da Bahia com base na estimativa do IBGE de 2017, chegamos a um aumento de aporte financeiro per capita no valor total de R\$ 435 milhões em relação a 2016.

No intuito de atender à disposição Constitucional e a Lei complementar 141/12 que versa sobre a obrigatoriedade de aplicação mínima de 12% de suas receitas próprias, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia realizou um gasto total em saúde em 2017 de R\$ 3.476.459.756,70, equivalente a 13% dos recursos do tesouro estadual, portanto investindo em saúde R\$ 267.927.070,70 a mais do exigido em Lei.

## 9.1 - DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE (Fonte: SIOPS)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (b)	%(b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	23.551.178.192,00	23.813.498.192,00	24.398.866.624,53	102,46
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	100.000.000,00	100.000.000,00	122.960.358,45	122,96
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	20.316.503.000,00	20.477.677.873,00	20.751.070.945,58	101,34
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	1.084.344.000,00	1.095.486.208,00	1.115.076.688,36	101,79
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.728.000.000,00	1.777.900.000,00	1.927.367.031,20	108,41
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	162.318.107,00	179.339.065,00	231.151.077,27	128,89
Dívida Ativa dos Impostos	121.535.085,00	130.065.650,00	159.606.647,42	122,71
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	38.478.000,00	53.029.396,00	91.633.876,25	172,80
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.367.229.000,00	8.367.229.000,00	8.088.766.808,18	96,67
Cota-Parte FPE	8.025.216.000,00	8.025.216.000,00	7.791.153.283,90	97,08
Cota-Parte IPI-Exportação	287.657.000,00	287.657.000,00	243.257.371,72	84,57
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	54.356.000,00	54.356.000,00	54.356.152,56	100,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	54.356.000,00	54.356.000,00	54.356.152,56	100,00
Outras				
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	5.642.996.799,00	5.755.416.799,00	5.749.861.048,86	99,90
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	5.010.106.049,00	5.101.152.049,00	5.106.385.248,81	100,10
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	560.976.500,00	582.350.500,00	582.661.457,27	100,05
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios	71.914.250,00	71.914.250,00	60.814.342,78	84,57
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV) = I + II - III	26.275.410.393,00	26.425.310.393,00	26.737.772.383,85	101,18

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (d)	%(d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.534.340.204,00	1.558.503.617,00	1.546.620.952,70	99,24
Provenientes da União	1.526.820.624,00	1.548.747.087,00	1.529.442.443,85	98,75
Provenientes de Outros Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes de Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	7.519.580,00	9.756.530,00	17.178.508,85	176,07
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	200.000.000,00	200.000.000,00	54.009.000,00	27,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.534.340.204,00	1.558.503.617,00	1.546.620.952,70	99,24

## 9.2. DESPESAS COM SAÚDE

## 9.2.1. DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	4.837.041.913,00	5.187.291.184,64	5.039.186.409,66	40.404.024,14	97,92
Pessoal e Encargos Sociais	1.517.268.000,00	1.305.492.748,00	1.299.642.856,90	0,00	99,55
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.319.773.913,00	3.881.798.436,64	3.739.543.552,76	40.404.024,14	97,38

DESPESAS DE CAPITAL	303.193.547,00	536.398.265,36	240.284.202,06	37.147.041,99	51,72
Investimentos	302.113.547,00	535.910.765,36	239.888.944,15	37.147.041,99	51,69
Inversões Financeiras	1.080.000,00	487.500,00	395.257,91	0,00	81,08
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V)	5.140.235.460,00	5.723.689.450,00	5.357.021.677,85	93,59	93,59

## 9.2.2.DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE, AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS Jan a Dez (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%[(h+i)/V (f+g)]	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		15.868,29	0,00	0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO	N/A		56.469.018,72	0,00	1,05	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		1.795.334.883,07	29.610.085,30	34,07	
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		1.574.847.947,10	25.501.524,00	29,87	
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos	N/A		220.486.935,97	4.108.561,30	4,19	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO	N/A	N/A	N/A	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI)		N/A	1.881.429.855,38	29.610.085,30	35,12	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = [V(f+g) - VI(h+i)]			""	0,00	""	N/A
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%) = (VII(H+I) /</b>			12,99			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII(h+i) - (12 x IVb)/100]			267.927.070,64			

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	47.940.980,83	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2016	28.537.992,84	9.464.225,81	12.077.145,57	6.996.621,46	0,00
Inscritos em 2015	20.810.690,10	90.159,24	20.691.414,94	29.115,92	0,00
Inscritos em 2014	17.022.003,00	2.691.721,85	14.330.281,15	0,00	0,00
Inscritos em 2013	7.255.493,47	2.361.227,92	3.407.550,99	1.486.714,56	2.999.996,62
Inscritos em 2012	12.575.735,92	1.499.719,53	10.276.721,12	799.295,27	0,00
TOTAL	134.142.896,16	16.107.054,35	60.783.113,77	9.311.747,21	2.999.996,62

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (X)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (l)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (m)	% [(l+m)/total (l+m)]x100
Atenção Básica	120.015.000,00	103.586.561,45	68.551.548,34	1.069.186,35	1,30
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.959.362.540,00	3.660.442.754,33	3.383.363.178,29	65.895.641,33	64,38
Suporte Profilático e Terapêutico	172.056.920,00	235.157.560,82	186.138.827,75	5.982.550,39	3,59
Vigilância Sanitária	4.496.000,00	10.210.041,00	6.869.345,63	0,00	0,13
Vigilância Epidemiológica	46.659.000,00	40.306.994,40	33.986.566,08	440.578,91	0,64
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	1.837.646.000,00	1.673.985.538,00	1.601.429.079,86	4.163.109,15	29,97
TOTAL	5.140.235.460,00	5.723.689.450,00	5.357.889.612,08		100,00

### Análise Sobre Demonstrativo Orçamentário

No campo das despesas correntes com saúde, que tem o intuito de financiar as ações de saúde e garantir sua manutenção, foram gastos R\$ 389.152.800,00 a mais em relação a 2016, um aumento de 8% na execução das despesas correntes.

Ao analisarmos os gastos com saúde por sub função, temos a Assistência Hospitalar e Ambulatorial como a maior responsável da despesa total em no Estado, comprometendo 68,38% de tudo que foi gasto em saúde em 2017, totalizando R\$ 3.383.363.178,29.

Para além dos recursos que são computados para alcance mínimo exigido por lei para o gasto em saúde, a Secretária da Saúde do Estado executou R\$ 1.881.429.855,38, um aumento de 9,76% em relação ao ano de 2016.

Em relação à despesa com pagamento de pessoal e encargos sociais tivemos um aumento da eficiência no gasto do recurso público, uma vez que, apesar de em 2017 termos uma maior execução orçamentária e conseqüentemente mais ações em saúde do que em 2016, a relação de gasto com pessoal e gasto em saúde foi reduzida em 5%, caindo de 29% para 24%. Isso garantiu uma economia de quase R\$ 87 milhões de reais no ano de 2017.

<b>Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)</b>	Sim
<b>Ente Federado:</b>	BAHIA
<b>Demandante:</b>	MS/Componente Federal do SNA
<b>Órgão responsável pela auditoria:</b>	MS/SGEP/Departamento Nacional de
<b>SISAUD/SUS:</b>	Sim
<b>Nº da auditoria:</b>	17585
<b>Finalidade da auditoria:</b>	
Auditar os estabelecimentos de saúde habilitados em oncologia	
<b>Status da auditoria:</b>	Encerrada

#### **Unidade(s) auditada(s):**

Secretaria de Saúde do Estado da Bahia  
Hospital Aristides Maltez  
Secretaria Municipal de Saúde de Salvador

#### **Recomendações**

A Bahia possui uma Rede de Alta Complexidade em Oncologia com unidades em seis das nove macrorregiões que compõem o estado, sendo que o único CACON localiza-se na capital, dessa forma denotando a persistência de vazios assistenciais a despeito das iniciativas adotadas pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia-SESAB por meio de ações como: a elaboração do Plano Estadual de Atenção ao Câncer 2018-2023 e a formalização do Protocolo de Regulação para o Acesso a Rede de Oncologia visando organizar o fluxo entre os distintos pontos de atenção. Destaca-se que além das regiões sem oferta de serviços de oncologia as unidades que compõem essa rede apresentam um desempenho aquém do esperado/programado segundo os critérios de parametrização estabelecidos na legislação vigente. Também foi apontado dentre as não conformidades a ausência de indicadores para o monitoramento e avaliação do tempo de espera ao atendimento das solicitações de tratamento/internamento em oncologia, demandadas à Central Estadual de Regulação-CER, conseqüentemente refletindo nos resultados do acesso ao tratamento do câncer e ao efetivo início desse tratamento, entre o diagnóstico da patologia e o acesso ao primeiro tratamento, bem como nas ações de planejamento para a oferta de serviços de cirurgia oncológica, quimioterapia e radioterapia. Nesse contexto a Programação Pactuada e Integrada não contribuiu efetivamente, em alguns aspectos, na garantia da integralidade do tratamento, uma vez que em 2016 municípios de cidades do interior do estado não estavam contemplados com a oferta de atendimentos oncológicos, tampouco pelos fluxos de encaminhamento dos pacientes, pactuados de forma fragmentada para serviços de distintas UNACON's referência das macrorregiões, que encaminham pacientes para municípios diferentes a fim de realizar cirurgia oncológica, quimioterapia e radioterapia comprometendo a integralidade do tratamento. O CACON contempla na sua pactuação todos os 417 municípios do estado para o tratamento de casos de câncer raros. Destaca-se ainda a situação das informações do Registro Hospitalar de Câncer-RHC que está desatualizado em unidades da Rede Própria do estado, como também de unidades contratualizadas pela SESAB interferindo na avaliação, diagnóstico da situação e estimativas da demanda para tratamentos dessas patologias no estado. As unidades não estão alimentando o Sistema de Informação do Câncer - SISCAN, referindo dificuldades que atribuem à falta de integração a outros sistemas. No entanto, esta dificuldade parece está relacionada a falta constante de atualização, por parte das unidades prestadoras, de sistemas como o CNES e Cartão SUS dentre outros. Ainda existe a possibilidade de o SISCAN não integrar as informações do Cartão Vida utilizado pela SMS de Salvador. Diante das evidências constantes no relatório conclui-se que as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Oncologia carecem de ações que viabilizem sua efetiva implantação no estado da Bahia.

#### **Encaminhamentos**

Dar conhecimento à Secretaria a cerca das recomendações descritas no relatório.



**Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)**

Sim

**Ente Federado:**

BAHIA

**Demandante:**

Tribunal de Contas da União

**Órgão responsável pela auditoria:**

MS/SGEP/Departamento Nacional de

**SISAUD/SUS:**

Sim

**Nº da auditoria:**

17794

**Finalidade da auditoria:**

Realizar auditoria em cumprimento ao Acórdão n.182/2015/TCU Contratualização.

**Status da auditoria:**

Encerrada

**Unidade(s) auditada(s):**

Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

**Recomendações**

Constatou-se serviços assistenciais prestados sem a devida formalização contratual no Hospital Cristo Redentor, no Município de Itapetinga/BA, na Santa Casa de Misericórdia São Judas Tadeu, em Jequié/BA e no Hospital Padre Paulo Felber, em Miguel Calmon/BA, bem como sem a criação da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos respectivos Contratos Assistenciais. Nesta mesma linha, houve também processo de Inexigibilidade que gerou a celebração do contrato entre a Associação Obras Sociais Imã Dulce-OSID/Hospital Santo Antônio, em Salvador/BA, que não cumpriu os trâmites legais por não ter sido publicado na imprensa oficial.

**Encaminhamentos**

Dar conhecimento à Secretaria a cerca das recomendações descritas no relatório.

**Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)** Sim

**Ente Federado:** BAHIA

**Demandante:** MS/Componente Federal do SNA

**Órgão responsável pela auditoria:** MS/SGEP/Departamento Nacional de

**SISAUD/SUS:** Sim

**Nº da auditoria:** 17965

**Finalidade da auditoria:**  
Realizar auditoria para verificar o cumprimento da Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal

**Status da auditoria:** Encerrada

**Unidade(s) auditada(s):**

Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

**Recomendações**

Com base nas informações coletadas na elaboração deste relatório verifica-se que a Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal no estado da Bahia apresenta mecanismos de regulação instituídos e fluxos definidos para o acesso dos pacientes aos Serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS) ambulatorial, realizando o monitoramento e avaliação dessas unidades. A Política Nacional de Transplantes é exercida por intermédio da Coordenação Estadual de Transplantes-CET e Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos-CNCDO. A Gestão Estadual não assegura assistência integral ao paciente renal crônico, considerando que não possui Plano de Prevenção e Tratamento da Doença Renal instituído, assim, a linha de cuidado não perpassa todos os níveis de atenção, o que interfere no acompanhamento dos pacientes com DRC 4 e 5 não dialítico, e principalmente no matriciamento das Unidades Básicas de Saúde por equipe das Unidades Especializadas em DRC, visando o tratamento dos fatores de risco modificáveis de progressão da DRC e doença cardiovascular nos estágios 1, 2 e 3a. O acesso à Terapia Renal Substitutiva (TRS), é complexo, tendo em vista que a capacidade instalada ofertada é insuficiente para atendimento do quantitativo de pacientes que evoluem para o estágio dialítico, conseqüentemente, gerando uma demanda reprimida e ocupação de leitos hospitalares. Diante do exposto, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) necessita implementar a Política de Atenção ao Portador de Doença Renal Crônica, propiciando o acesso e a integralidade da atenção, objetivando a cobertura aos portadores de HAS/DM, principais causas da Insuficiência Renal Crônica.

**Encaminhamentos**

Dar conhecimento à Secretaria a cerca das recomendações descritas no relatório.

## 11. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

### 11.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab), vem trabalhando com o propósito de cumprir as determinações legais e melhorar a qualidade dos instrumentos de gestão a partir do envolvimento dos diversos setores através da Rede de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (Rede PMA).

Durante o processo de inserção das informações do RAG 2017 ocorreram alguns problemas de ordem técnica e operacional no SARGSUS que impediram a gravação da análise e considerações no item "Profissionais SUS" e a inclusão de documentos no item "Considerações gerais" / anexar documentos.

Em virtude desses problemas, será encaminhado para o CES uma versão em "word" do RAG 2017 via e-mail onde consta todas informações inclusive o resultado das metas e indicadores da Programação Anual de Saúde.

### 11.2. RECOMENDAÇÕES PARA A PRÓXIMA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE E/OU REDIRECIONAMENTOS PARA O PLANO DE SAÚDE

Monitoramento e Avaliação representam, atualmente, práticas indispensáveis à gestão de programas governamentais, na medida em que contribuem para melhorar os resultados, apoiar o processo decisório e para ampliar a transparência da execução das políticas públicas (Seplan 2016).

A SESAB em estreita relação com a Seplan, vem realizando monitoramento e avaliação contínuo das metas e indicadores, estabelecidos no PPA 2016-2019 bem como o acompanhamento das ações orçamentárias e conseqüentemente está revisão ressoa no Plano Estadual de Saúde e nas Programações Anuais de Saúde.

Esse processo de trabalho gerou alterações e ajustes em metas e iniciativas do PPA e teve como finalidade:

- Garantir o caráter estratégico do instrumento em relação à dinâmica conjuntural;
- Manter o Plano e as Programações próximas da realidade socioeconômica, orçamentária e política do estado;
- Corrigir possíveis erros de forma ou conteúdo no momento da elaboração e sistematização dos instrumentos.

Neste período foram realizadas alterações no PPA que refletiram no PES e foram incorporadas nas programações de 2017 e 2018, além da análise dos resultados descritos nos relatórios trimestrais e anuais, garantindo assim a flexibilidade do planejamento e considerando o caráter dinâmico dos processos e problemas que envolvem a gestão em saúde.

### 11.3. ARQUIVOS ANEXOS

Documento	Tipo de Documento
PES 2016 - 2019 Revista40-Sup3-2016-capa-a-sumario.pdf	Plano de Saúde do período 2014 - 2017
Resolução CES 15 aprovação PES 2016-2019.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova o Plano de Saúde do período de 2014 a 2017
SESAB - Programação Anual de Saúde 2017.pdf	Programação Anual de Saúde referente ao Ano do RAG
Resolução CES aprovação PAS 2017.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova a programação anual de saúde referente ao ano do RAG
SESAB - Programação Anual de Saúde 2018..pdf	Programação Anual de Saúde do período 2014
Resolução CES aprovação PAS 2018.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova a Programação Anual de Saúde do período de 2014

## 12. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

### 12.1 RELATÓRIO QUADRIMESTRAL (LC 141/12)

Enviado para Assembléia Legislativa em	1º QUA	2º QUA	3º QUA
Enviado ao Conselho de Saúde em			
Enviado para Assembléia Legislativa em			

### 12.2. RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (RAG)

#### 12.2.1. INFORMAÇÕES DO GESTOR

Horário de Brasília

Enviado ao Conselho de Saúde para apreciação em	16/04/2018 18:30:44
Enviado ao Tribunal de contas a que está jurisdicionando em	
Enviado à Assembléia Legislativa em	
Reenviado ao Conselho de Saúde para reapreciação em	

#### 12.2.2. INFORMAÇÕES DO CONSELHO DE SAÚDE

Horário de Brasília

Data de Recebimento do RAG pelo CS	16/04/2018 18:30:44
Apreciado pelo Conselho de Saúde em	
Reapreciado pelo Conselho em	
Parecer do Conselho de Saúde	
Status da Apreciação	Em Análise
Resolução da Apreciação	Data

BAHIA - BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.